CESTA BÁSICA TEM QUEDA EM MAIO

▼ O preço médio da cesta básica caiu em 11 das 17 capitais pesquisadas em maio. Aracaju tem o menor valor, R\$ 553,76. Já o cidadão que mora em São Paulo paga mais caro, R\$ 791,82. Os dados são do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O PREÇO médio da cesta básica caiu em 11 das 17 capitais pesquisadas em maio. Aracaju tem o menor valor, R\$ 553,76. Já o cidadão que mora em São Paulo paga mais caro, R\$ 791,82. Os dados são do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O trabalhador que recebe um salário mínimo (R\$ 1.320,00) compromete 55,68% da renda com a compra dos produtos essenciais. O percentual, embora ainda seja alto, vem apresentando queda. Em abril o cidadão destinou 56,51% do salário para pagar a cesta básica e em maio do ano passado, 59,39%.

Com o aumento do salário mínimo, o tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta básica diminuiu de 114 horas e 59 minutos, em abril, para 113 horas e 19 minutos, em maio.

Ainda, segundo o Dieese, o salário mínimo necessário para suprir as despesas básicas de uma família de 4 pessoas é de R\$ 6.652,09, equivalente a 5,04 vezes o valor do piso atual.

ENERGIA RENOVÁVEL IMPULSIONA TODO O BRASIL

Foto Divulgação

A capacidade de energia renovável está recebendo um impulso significativo graças à retomada da parceria estratégica entre o Brasil e a China. Enquanto o país avança na transição para uma matriz energética mais limpa, a colaboração com a China tem trazido benefícios substanciais.

Segundo previsões da AIE (Agência Internacional de Energia), a capacidade de energia renovável no Brasil deve ter um crescimento notável em 2023, cerca de

33%, passando de 107 GW para 440 GW. Ao todo, equivalente à capacidade total de energia instalada da Alemanha e da Espanha.

A China também deve impulsionar a recuperação global na capacidade de energia eólica, com um aumento de quase 70% em 2023, após a recessão que ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Com o apoio do país asiático, deixado de lado irresponsavelmente durante o governo Bolsonaro, o Brasil expande a capacidade de geração de energia limpa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis, e contribuindo para a queda das emissões de gases de efeito estufa.

Foto Divulgação

Com desenrola, famílias podem renegociar dívidas

Para aliviar a situação das famílias endividadas, o Programa Desenrola, de renegociação de pequenas dívidas, deve começar a valer a partir de julho. Cerca de 30 milhões de pessoas devem ser beneficiadas.

O programa, elaborado no início do ano pelo governo Lula, será limitado a trabalhadores que ganhem até dois salários mínimos e estejam devendo até R\$ 5 mil. O pagamento pode ser realizado à vista ou por financiamento bancário em até 60 meses, sem entrada, com juros de 1,99% ao mês e pagamento da primeira parcela depois de 30 dias.

De acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os bancos oficiais, como o BB e Caixa, devem participar do programa. Já os bancos privados também vão aderir. Além disso, o programa também deve incentivar os endividados a realizarem cursos de educação financeira, após a renegociação da dívida.

Reforma tributária deve entrar em pauta do Congresso

Com o objetivo de corrigir distorções e desigualdades do sistema tributário, o GT (Grupo de Trabalho) criado na Câmara dos Deputados para debater o tema deve apresentar um relatório com consensos e resumo das atividades com foco na tributação sobre o consumo.

O tema é uma das prioridades do governo Lula. A previsão é de que a votação aconteça ainda no primeiro semestre, antes do recesso parlamentar, que começa no dia 17 de julho.

Importante lembrar que o Congresso Nacional está discutindo duas PECs (PEC 110/2019 e PEC 45/2019), com medidas

como extinção de tributos, consolidando as bases tributáveis em dois novos impostos o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e o Imposto Seletivo.

A reforma tributária é um passo importante para

reduzir a desigualdade social e econômica no país. Mas ainda é preciso isentar quem ganha menos e elevar as alíquotas sobre a renda de quem recebe bem mais. Além de tributar a riqueza.